

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE
NOGUEIRÓ E TENÕES
MUNICÍPIO DE BRAGA**

ATA nº 1/2026

--Aos vinte dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia da U.F. de Nogueiró e Tenões (Polo de Nogueiró), com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto número um – Apreciação e Votação da Ata número 4/2025;

Ponto número dois – Apreciação e Votação da Conta de Gerência de 2025;

Ponto número três – Apreciação e Votação do Relatório de Execução Orçamental de 2025;

Ponto número quatro – Apreciação e Votação do Inventário de 2025;

Ponto número cinco – Apreciação e Votação da alteração do Mapa de Pessoal para 2026;

Ponto número seis – Autorização para abertura de concurso público para a inclusão de um posto de trabalho na categoria de Assistente Técnico;

Ponto número sete – Autorização para abertura de procedimento por Ajuste Direto Geral para a aquisição de serviços para o Convívio com a População;

Ponto número oito – Autorização para abertura de procedimento por Ajuste Direto Geral para a aquisição de serviços para a execução de um mural em azulejo do Mapa de Tenões;

Ponto número nove – Apresentação da minuta do Regulamento do Orçamento Participativo;

Ponto número dez – Dar conhecimento do Regulamento do Inventário;

Ponto número onze – Informações.

--Estiveram presentes na reunião:

--Assembleia: Presidente, Artur Jorge Araújo Magalhães Ribeiro, eleito pela Lista Independente Continuar a União (LICAU), a Primeira Secretária, Elsa Eliana Vieira da Silva, eleita pela Lista Independente Continuar a União (LICAU), e a Segunda Secretária, Maria da Glória Pires, eleita pela Lista Independente Continuar a União (LICAU). Deputados: João Luís Laranjeira Barros; Manuel Delfim Vaz da Cruz, eleitos pela Lista Independente Continuar a União (LICAU); Teresa Campos, em substituição de Diogo Miguel Antunes José, conforme o pedido apresentado (**Anexo um**), José Carlos Matias Oliveira Magalhães e Eduardo Medeiros Pereira, eleitos pelo Partido Iniciativa Liberal (IL) e José Filipe Ribeiro Ferraz, eleito pela Coligação Democrática Unitária (CDU).

--Executivo: Presidente, Francisco da Silva Gomes; Tesoureira, Patrícia da Conceição Pereira e Secretário, Carlos Manuel Lopes Rodrigues.

Antes de iniciar a ordem do dia, tomou a palavra José Ferraz, eleito pela CDU, e apresentou um pedido de esclarecimento à Mesa, acerca dos votos apresentados e aprovados na reunião de assembleia ordinária de trinta de dezembro de dois mil e vinte e cinco, nomeadamente, o voto de louvor à atleta Ana Rita Ferreira Fernandes, aprovado por unanimidade e sobre o qual se propôs dar publicidade junto dos órgãos de comunicação social locais da Federação Portuguesa de Orientação e nas redes sociais da União de Freguesia, bem como o voto de louvor aos trabalhadores e à Greve Geral de onze de dezembro de dois

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE
NOGUEIRÓ E TENÕES
MUNICÍPIO DE BRAGA**

mil e vinte e cinco, cuja divulgação estava previsto ser feita através dos canais oficiais da União de Freguesias, bem como remetida à Assembleia Municipal de Braga, à Assembleia da República, ao Governo e às Centrais Sindicais. Assim, questionou se foi concretizada a divulgação dos mesmos ou, caso não tenha sido, quais os motivos e qual é a previsão da sua regularização. Face ao exposto, Artur Ribeiro explicou que os meios de comunicação oficiais da Junta de Freguesia da União de Nogueiró e Tenões estão a ser atualizados e serão feitas brevemente as respetivas divulgações, após a aprovação da respetiva ata.

Seguidamente, foi apresentado pela LICAU, por intermédio de João Barros, um voto de saudação ao **25 de abril**, “marco indelével da nossa história e, sem dúvida, a data maior da história contemporânea de Portugal, onde se propõe que a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias Nogueiró e Tenões delibere o seu reconhecimento e louvor” (**Anexo dois**). Posto a votação, foi aprovado por unanimidade. Tomou a palavra José Ferraz (CDU), apresentando um voto de saudação aos 50 anos da Constituição da República Portuguesa, aniversário que “consagra as grandes conquistas alcançadas com a Revolução de Abril de 1974 que, após 48 anos de ditadura fascista, restituiu a liberdade ao povo português e abriu caminho à construção de um regime democrático assente na vontade popular, na participação cívica e na defesa dos direitos fundamentais. [...] Mais delibera remeter esta saudação ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro Ministro e Grupos Parlamentares.” (**Anexo três**). Posto a votação, foi aprovado com cinco abstenções (três da IL e dois da LICAU) e quatro votos a favor (um da CDU e três da LICAU).

Posto isto, Glória Pires, em representação da LICAU, apresentou, um voto de saudação aos 50 anos da Constituição da República Portuguesa, “aprovada a 2 de abril de 1976, enquanto marco estruturante do Estado de Direito democrático em Portugal, propondo-se à Assembleia de Freguesia da União de Freguesias Nogueiró e Tenões a aprovação do presente voto de saudação, reconhecendo o papel determinante na afirmação e consolidação da democracia em Portugal” (**Anexo quatro**). Posto a votação, foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Assembleia deu início à ordem de trabalhos, e submeteu à consideração e votação o – Ponto um, *Apreciação e Votação da Ata número 4/2025*. José Ferraz (CDU) tomou da palavra e alertou a Mesa para uma incorreção registada na página número seis, relativamente à identificação do ponto número três, no qual se deverá ler “*Apreciação e Votação do Mapa de Pessoal para 2026*”. Não tendo havido mais intervenções, a mesma foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

No ponto dois, *Apreciação e Votação da Conta de Gerência de 2025*, interveio José Ferraz, pedindo esclarecimentos relativamente à percentagem de execução da rubrica “Investimento – aquisição de bens de capital”, questionando quais as despesas previstas e que não foram incorridas e o motivo pelo qual as obras não avançaram. Seguidamente questionou as transferências correntes destinadas ao apoio de instituições de carácter desportivo, recreativo e social, em particular com o nível de execução, quais as entidades apoiadas e as que não receberam o apoio que lhes estaria destinado. Perguntou ainda sobre o não recebimento total previsto dos rendimentos de propriedade.

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE
NOGUEIRÓ E TENÕES
MUNICÍPIO DE BRAGA**

O Presidente do Executivo confirmou que se tratava de rendas em atraso relativas à exploração do Bar de Tenões. Esclareceu ainda que os apoios às instituições incluíam subsídios ao Grupo de Escuteiros e Fábrica da Igreja e que, do valor inicialmente previsto, foi apenas executado o valor apresentado na Conta de Gerência em discussão. Relativamente à percentagem de execução da rubrica “Investimento – aquisição de bens de capital”, esta estava relacionada com a não realização da obra de remodelação do equipamento desportivo (Piscina de Nogueiró). Carlos Rodrigues reiterou ainda que estes valores têm de estar obrigatoriamente orçamentados.

Sem mais intervenções, o ponto dois foi posto à votação, tendo sido aprovado com quatro abstenções (três da IL e um da CDU – declaração de voto CDU em **Anexo cinco**) e cinco votos a favor (LICAU).

Passou-se de seguida ao ponto número três, *Apreciação e Votação do Relatório de Execução Orçamental de 2025*, e interveio José Ferraz, referindo que o Relatório deveria ser uma explicação das contas previamente votadas no ponto número dois e referindo que seria aconselhável, no futuro, apresentar um Relatório que articulasse o Plano de Atividades com as Contas e que justificasse a execução com mais detalhe. Apontou, ainda, que a rubrica de Aquisição de Bens de Capital ficou com uma execução a sessenta por cento, não havendo referência aos motivos que o justifiquem, bem como ao facto de as transferências para as instituições ficarem abaixo do valor orçamentado e o porquê de assim ser. Recomendou, em linha com a proposta da Iniciativa Liberal (IL), que o Relatório de Execução cruze parte das contas com a parte descritiva, com maior detalhe. José Ferraz (CDU) pediu ainda esclarecimento relativo ao Relatório de Execução Orçamental de 2025, nomeadamente à rubrica “Outras Despesas (despesa com processo judicial)” e solicitou que o Executivo informasse a Assembleia a que processo se refere. Como resposta, o Presidente do Executivo esclareceu que o mesmo está relacionado com um terreno doado à Freguesia (lavrada uma escritura), para o qual já houve vários projetos, inclusive habitação social e um arruamento. Entretanto, surgiu uma suposta “dona do terreno”, que intentou uma ação judicial contra a Junta de Freguesia e contra todos os proprietários dos terrenos anexos. Esta situação tem-se prolongado no tempo e aguarda-se pelo julgamento. O terreno em causa localiza-se na encosta do Monte da Consolação, em Nogueiró.

Seguidamente, João Barros (LICAU) referiu que os documentos apresentados mostram com factos e números que o Executivo da União de Freguesias de Nogueiró e Tenões assenta em três eixos: rigor financeiro, capacidade de execução e reforço da sustentabilidade futura, sublinhando a solidez da gestão financeira, que atingiu uma taxa de execução global superior a oitenta por cento. Destacou ainda, a boa gestão pública, referindo que a despesa total teve uma execução total de sessenta por cento, demonstrando que o Executivo soube gastar apenas o necessário, evitando excessos e protegendo os recursos públicos. Valorizou, ainda, o resultado final com o aumento do valor transitado para o ano dois mil e vinte e seis (**Anexo seis**). Sem mais intervenções, o ponto três foi posto à votação, tendo sido aprovado com quatro abstenções (três da IL e um da CDU – declaração de voto CDU em **Anexo sete**) e cinco votos a favor (LICAU).

Aberto o ponto quatro, *Apreciação e Votação do Inventário de 2025*, interveio José Ferraz (CDU), a pedir esclarecimentos, referindo que, no Regulamento do Inventário aprovado a vinte e dois de dezembro

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE
NOGUEIRÓ E TENÕES
MUNICÍPIO DE BRAGA**

de dois mil e dezassete, se estabelece, no artigo dezanove, número um, que o ativo imobiliário deve ser valorizado pelo custo de aquisição ou pelo custo de produção. No entanto, continua, no inventário, a sede da Junta de Freguesia de Nogueiró, o Pavilhão Gimnodesportivo, as Piscinas, Court de Ténis e a sede da Junta de Freguesia de Tenões, encontram-se classificados como aquisição a título oneroso, mas registados com valor de zero. O mesmo regulamento permite valores a zero, apenas para bens obtidos a título gratuito e quando o valor de mercado não puder ser apurado. Outra questão é que as colunas rubrica de Classificação Económica e referência ao documento de aquisição se encontram em branco na totalidade dos registos e que, no artigo quatro, número dois, alínea g, do Regulamento do Inventário, impõe ao secretário da Junta que arquive a cópia de todos os elementos de titularidade e propriedade do registo de cada bem/ imóvel, questionando se os mesmos estão disponíveis e qual o motivo para as colunas se encontrarem em branco. Por fim, e com base no artigo quatro, número dois, alínea c, do mesmo regulamento, impõe a atualização anual de valores, incluindo as amortizações, mencionando todos os bens que estão valorizados com o valor de aquisição inicial.

Artur Ribeiro sugeriu que o documento possa ser atualizado de forma a explicar os valores atuais dos bens/imóveis, assim como os valores em falta, de modo a estar de acordo com o Regulamento. Recomendou que a votação fosse adiada para a reunião seguinte de assembleia de freguesia ordinária.

No ponto cinco, *Apreciação e Votação da alteração do Mapa de Pessoal para 2026*, interveio José Ferraz (CDU) e reconheceu que a gestão dos serviços de uma União de Freguesias como a de Nogueiró e Tenões requer recursos humanos adequados e a criação de um novo posto de trabalho é um sinal de reforço dessas capacidades, pelo que deve ser valorizado. No entanto, questionou as razões para a criação do posto de trabalho, a descrição das funções a ele imputadas e qual a situação atual do trabalhador que se encontra em licença sem vencimento. Realçou, ainda, que, com a criação do posto de trabalho haverá um aumento no valor da despesa com o pessoal de cerca de vinte mil euros e se, com isto, está prevista uma revisão orçamental para dois mil e vinte e seis.

Francisco Gomes esclareceu que houve necessidade de substituir o funcionário em licença sem vencimento por um outro, porém contratado a recibos verdes e esta alteração no mapa de pessoal será para regularizar essa situação, seja do trabalhador que atualmente a ocupa ou de outro que venha a exercer essas funções. Justificou, ainda, a alteração do mapa de pessoal com o aumento do volume de trabalho, uma vez que não se perspetiva o regresso do funcionário em licença sem vencimento, sendo feita a merecida revisão orçamental.

Interveio ainda Eduardo Pereira (IL) louvando o concurso público e questionando se o posto de trabalho será no Polo de Nogueiró ou de Tenões. O Presidente do Executivo elucidou que as funções serão executadas em ambos os Polos. Não havendo mais intervenções, Artur Ribeiro questionou os membros da Assembleia se os pontos número cinco e o número seis, *Autorização para abertura de concurso público para a inclusão de um posto de trabalho na categoria de Assistente Técnico*, deveriam ser votados um a seguir ao outro, visto que os esclarecimentos prestados para o ponto número cinco são coincidentes com os do número seis. Assim, o ponto número cinco, *Apreciação e Votação da alteração do Mapa de Pessoal para 2026*, foi aprovado com uma abstenção (CDU – declaração de voto CDU em

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE
NOGUEIRÓ E TENÕES
MUNICÍPIO DE BRAGA**

Anexo oito) e oito votos a favor (três IL e cinco LICAU); o ponto número seis, *Autorização para abertura de concurso público para a inclusão de um posto de trabalho na categoria de Assistente Técnico*, foi aprovado com uma abstenção (CDU – declaração de voto CDU em **Anexo oito**) e oito votos a favor (três IL e cinco LICAU).

No ponto sete, *Autorização para abertura de procedimento por Ajuste Direto Geral para a aquisição de serviços para o Convívio com a População*, interveio José Ferraz (CDU) fazendo o reparo de que a abertura de procedimento para a contratação pública de bens e serviços é uma competência própria da Junta de Freguesia e não da Assembleia de Freguesia, de acordo com o artigo décimo segundo, número dois, do Regimento. No seu entendimento, o documento apresentado carece de informações, tais como o valor estimado do contrato, o número de entidades consultadas e a ausência da referência ao historial de serviços anteriores. Acrescentou que, dependendo do valor, poderá ou não configurar -se como ajuste direto. Concluiu que, não sendo esta uma competência da Assembleia, o facto de ser votada favoravelmente poderá resultar em pedido de responsabilidades à Assembleia, caso não seja bem-sucedida e ser favorável ao Executivo, em caso de sucesso. De seguida, o Presidente do Executivo esclareceu que o valor do orçamento para este Convívio está dependente do número de inscrições, não sendo por isso possível auferir o valor exato do mesmo.

Eduardo Pereira (IL) acrescentou que este ponto e o seguinte são um esclarecimento de contas e da responsabilidade do Executivo decidir a sua concretização. Sem mais intervenções, o ponto sete foi posto à votação, tendo sido aprovado com quatro abstenções (três da IL e um da CDU – declaração de voto CDU em **Anexo nove**) e cinco votos a favor (LICAU).

Seguidamente, no ponto oito – *Autorização para abertura de procedimento por Ajuste Direto Geral para a aquisição de serviços para a execução de um mural em azulejo do Mapa de Tenões*, tomou da palavra Eduardo Pereira (IL), questionando os moldes em que o mesmo seria concretizado. José Ferraz (CDU) acrescentou que, tratando-se de uma prestação artística, pode haver fundamentos para ser adjudicada ao autor que executou obra semelhante em Nogueiró; inclusive, considerou que, sendo uma obra permanente na fachada do edifício da Junta de Freguesia de Tenões, seria conveniente auscultar a população, na fase de idealização do mural. Apontou que as objeções apresentadas para este ponto coincidem com as do ponto anterior.

Artur Ribeiro mencionou, ainda, que seria útil prestar mais informações sobre o artista de forma a justificar a sua escolha para a obra em causa, visto ser um especialista neste tipo de instalação artística, sendo ainda importante, por uma questão de coerência da própria obra, ser o mesmo que realizou a de Nogueiró. Sem mais intervenções, o ponto oito foi posto à votação, tendo sido aprovado com quatro abstenções (três da IL e um da CDU) e cinco votos a favor (LICAU).

No ponto nove, *Apresentação da minuta do Regulamento do Orçamento Participativo*, Artur Ribeiro questionou os membros da Assembleia se antes da apreciação desta versão do Regulamento pretendiam algum esclarecimento por parte do Executivo. Acrescentou que este documento, ainda por finalizar, está aberto a sugestões de todos os grupos parlamentares, não sendo, por isso, proposto para votação. José Ferraz (CDU) deu nota de que teria sugestões e questionou se este Orçamento Participativo seria para

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE
NOGUEIRÓ E TENÕES
MUNICÍPIO DE BRAGA**

executar ainda este ano. De seguida, o Executivo reforçou que a intenção era, no momento, recolher o contributo de todos os membros desta Assembleia, perspetivando um documento final; acrescentou que a execução do mesmo acontecerá no próximo ano civil. Tomou da palavra Eduardo Pereira (IL), louvando a utilização das redes sociais para informar a população, como tem sido apanágio da Iniciativa Liberal, e reforçou que, no seu entendimento, seria relevante a transmissão em canal próprio das Assembleias de Freguesia.

Aberto o ponto número dez, ***Dar conhecimento do Regulamento do Inventário***, Artur Ribeiro esclareceu que o mesmo é de dois mil me dezassete e, como tal, pode ser melhorado, sendo expectável, tal como para o Regulamento do Orçamento Participativo, que haja contribuições dos grupos parlamentares para a efetiva melhoria deste Regulamento.

Artur Ribeiro introduziu o ponto número onze, ***Informações***, e o Presidente do Executivo, antes de explanar as mesmas, questionou se algum deputado teria alguma questão/esclarecimento a apresentar. Neste seguimento, Eduardo Pereira (IL) louvou a transparência e sugeriu que os assuntos apresentados, como, por exemplo, reuniões com entidades, tivessem uma data prevista para obtenção de respostas/conclusão dos processos em discussão. Francisco Gomes elucidou que este tipo de informação depende de outros fatores, ligados às entidades em causa, e, como tal, não tem sido possível definir datas concretas para a resolução dos diversos assuntos. Não obstante, espera que as situações sejam resolvidas com a maior celeridade, uma vez que o Executivo tem agido no sentido de as agilizar.

José Magalhães (IL) alertou para a existência de uma tampa de saneamento danificada e ausência de iluminação pública junto ao Parque Infantil, situado na Avenida Mestre José Veiga, em Nogueiró. Alertou, ainda, para a velocidade excessiva dos automobilistas, na Avenida da República, assunto que poderia ser solucionado com a colocação de lombas. Face ao exposto, Francisco Gomes constatou que diz respeito à Avenida da República e é uma matéria da competência das Infraestruturas de Portugal, ainda que tenha merecido a atenção por parte do Executivo.

Seguidamente, o Presidente do Executivo informou que tinha reunido com os dirigentes dos Transportes Urbanos de Braga (TUB), a fim de resolver alguns problemas relacionados com as carreiras do Bom Jesus e de Nogueiró. Estes responsáveis comprometeram-se a divulgar e a reforçar as carreiras que circulam para o Bom Jesus, bem como resolver os atrasos sentidos na carreira de Nogueiró, estando prevista ainda a criação de uma nova linha. Relativamente à Piscina de Nogueiró, informou que está agendada uma visita com o responsável pelas Freguesias da CMB, havendo o compromisso, da parte desta entidade, de abertura provisória deste equipamento neste Verão; para tal, serão realizadas as adaptações necessárias. Além disso, o Executivo está a pressionar a CMB para concretizar a abertura do concurso público para a requalificação do Complexo Desportivo, de forma a que as obras se iniciem em setembro/outubro deste ano. Neste contexto, comunicou que, para a obra ser realizada e assegurada pela CMB, este equipamento necessita de ser alienado para a CMB, com gestão da Junta de Freguesia, havendo a promessa de passados três anos, voltar para propriedade desta Junta. José Ferraz (CDU) interveio no sentido de demonstrar preocupação e esclarecimentos adicionais sobre esta questão. Pediu ainda, esclarecimentos acerca do evento “Em Maio, Cantar Abril – canções com história”, agendado para um de maio, na Praceta Rosalia de Castro, em Nogueiró, uma vez que, entendia que a atuação prevista seria remunerada. O Executivo

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE
NOGUEIRÓ E TENÕES
MUNICÍPIO DE BRAGA**

esclareceu que o mesmo não era remunerado e que estava prevista a assinatura de um Protocolo com o grupo Canto D'Aqui, englobando os espetáculos: “As Convergências”, o “Festival Castro Galaico” e a atuação no “25 de Abril” ou “1 de Maio”, estando este último condicionado pela disponibilidade do grupo. José Ferraz (CDU) acrescentou ainda, que no seu entendimento, esse protocolo seria um contrato para prestação de um serviço e que deveria ter sido discutido em reunião de Assembleia.

José Magalhães (IL) questionou se a Oficina das Artes sempre se vai concretizar. Francisco Gomes esclareceu que de momento já foi estabelecido contactos com um professor da área e com outras entidades, contudo os orçamentos são superiores ao que é considerado razoável pelo Executivo. No entanto, é vontade do Executivo avançar com a sua criação.

De seguida, interveio novamente José Ferraz (CDU) questionando se havia novos desenvolvimentos sobre o processo da Escola D. Luís de Castro (Tenões). O Executivo informou que tinha reunido com a vereadora responsável pela Educação, a qual se mostrou agradada com o projeto apresentado.

Após a Ordem do Dia, o Presidente da Mesa de Assembleia abriu a discussão ao público. Interveio, então, Fernando Gil, residente na Rua do Crasto, Tenões, e apresentou preocupações relacionadas com a ausência de lombas e sinalização na Avenida da República (Tenões). Realçou novamente o facto de já, em diversas vezes, ter contactado a CMB e a Junta de Freguesia não tendo obtido a resposta pretendida. Mencionou, mais uma vez, a questão do estacionamento, no seu entender, abusivo na sua rua. Face ao exposto, o presidente do Executivo disse já ter tomado as devidas diligências junto da CMB para a resolução destas mesmas situações.

Tomou ainda palavra, Fernando Cunha, residente na Rua da Eira, Tenões, felicitando a Mesa da Assembleia pela amabilidade em fornecer a documentação solicitada, tendo sido alertado que a mesma se encontra disponível para consulta nas plataformas digitais da Junta de Freguesia. Comentou ainda que, na sua opinião, a divulgação das atividades dinamizadas pela Junta de Freguesia não tem sido satisfatória. Deu ainda nota, de outras questões relacionadas com os transportes urbanos, perguntou se o Executivo tem sido informado sobre a obra na variante do Fojo, Tenões, assim como, se havia desenvolvimentos relativamente à caixa de eletricidade, no início da Rua da Calçada, Tenões, ao qual Francisco Gomes informou que esteve no local, com técnicos da CMB para resolução da situação. Acrescentou que, relativamente à obra na variante do Fojo, alertou a entidade responsável para a necessidade de resolver os acessos condicionados pela obra, em particular na rotunda das Forças Armadas, em Tenões.

Posteriormente, António Barroso, morador na Rua da Igreja, Nogueiró, demonstrou contentamento com a abertura da Piscina de Nogueiró; questionou o estado do processo que envolve a apropriação de terreno na Rua dos Olhos d'Água, Nogueiró e por fim, alertou o Executivo para o estado de abandono do terreno situado entre a Avenida da Liberdade e a Rua de Souselas (Tenões). Francisco Gomes esclareceu que está em processo de resolução a questão da apropriação de terrenos. E que o proprietário do terreno em abandono já terá sido notificado para a limpeza do mesmo.

--O Presidente da Mesa da Assembleia propôs a aprovação da ata em minuta, que foi aprovada por unanimidade, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: Ponto um, ***Apreciação e Votação da Ata número 4/2025***, aprovado por unanimidade; ponto dois, ***Apreciação e Votação da Conta de Gerência de 2025***, aprovado com quatro abstenções (três da IL e um da CDU) e cinco votos a favor (LICAU); ponto

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE
NOGUEIRÓ E TENÕES
MUNICÍPIO DE BRAGA**

três, *Apreciação e Votação do Relatório de Execução Orçamental de 2025*, aprovado com quatro abstenções (três da IL e um da CDU) e cinco votos a favor (LICAU); ponto quatro, *Apreciação e Votação do Inventário de 2025*, com votação adiada para a próxima assembleia ordinária; ponto cinco, *Apreciação e Votação da alteração do Mapa de Pessoal para 2026*, aprovado com uma abstenção (CDU) e oito votos a favor (três IL e cinco LICAU); ponto seis, *Autorização para abertura de concurso público para a inclusão de um posto de trabalho na categoria de Assistente Técnico*, foi aprovado com aprovado com uma abstenção (CDU) e oito votos a favor (três IL e cinco LICAU); ponto sete, *Autorização para abertura de procedimento por Ajuste Direto Geral para a aquisição de serviços para o Convívio com a População*, aprovado com quatro abstenções, três da IL e um da CDU e cinco votos a favor (LICAU) e ponto oito, *Autorização para abertura de procedimento por Ajuste Direto Geral para a aquisição de serviços para a execução de um mural em azulejo do Mapa de Tenões*, aprovado com quatro abstenções (três da IL e um da CDU) e cinco votos a favor (LICAU).

--E nada mais havendo a tratar o Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião da Assembleia da União de Freguesias Nogueiró e Tenões, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada, pelo Presidente, primeira e segunda secretárias da mesa da Assembleia.

--Presidente da Assembleia de Freguesia: _____

--Primeira Secretária da Assembleia de Freguesia: _____

--Segunda Secretária da Assembleia de Freguesia: _____

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE
NOGUEIRÓ E TENÕES
MUNICÍPIO DE BRAGA**

Anexo um

Data: 20/04/2026

Assunto: **Pedido de Substituição**

Exmo. Senhor
**Presidente da Assembleia de Freguesia
de Nogueiró e Tenões
Artur Jorge Araújo Magalhães Ribeiro**

Diogo Miguel Antunes José, membro da Assembleia de Freguesia de Nogueiró e Tenões pela lista da IL, vem informar V. Exa. que se encontra impossibilitado de comparecer na Assembleia de Freguesia agendada para o dia **20 de abril de 2026**.

Deste modo, vem solicitar a sua substituição por **Teresa Campos**, candidata subsequente da lista da IL, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual.

E.D.

Assinado por: **Diogo Miguel Antunes José**
Num. de identificação: 14614238
Data: 2026.04.20 14:44:37+01'00'

— Diogo Miguel Antunes José —

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE
NOGUEIRÓ E TENÕES
MUNICÍPIO DE BRAGA**

Anexo dois



Voto de Saudação ao 25 de abril

A Lista Independente Continuar a União (LICAU) vem, por este meio, propor à Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Nogueiró e Tenões a aprovação de um Voto de Saudação alusivo ao 25 de Abril de 1974, marco indelével da nossa história e, sem dúvida, a data maior da História contemporânea de Portugal.

O 25 de Abril representa um momento determinante na afirmação dos princípios basilares da democracia, em que valores como a liberdade, a dignidade humana e a participação cívica assumem um papel estruturante. Esta data assinala o fim de um período marcado pela limitação de direitos fundamentais e o início de um novo ciclo, assente na construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

Ao longo das últimas décadas, esta data tem-se afirmado como um símbolo de esperança, progresso e coesão, refletindo a capacidade coletiva de construir um país assente no respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. O seu significado transcende o momento histórico em que ocorreu, consolidando-se como um referencial permanente para a vida em comunidade e para o exercício de uma cidadania ativa, responsável e plenamente comprometida com os valores democráticos.

Nos dias que decorrem, em que se observam, a nível global, desafios crescentes à estabilidade social, ao diálogo e aos princípios democráticos, torna-se particularmente relevante valorizar e preservar os fundamentos que sustentam uma sociedade livre. A liberdade, a igualdade e o respeito mútuo exigem um compromisso contínuo, assente na responsabilidade individual e coletiva, sendo esta data um verdadeiro farol que ilumina e orienta o nosso percurso democrático.

Assim, a Lista Independente Continuar a União (LICAU) propõe que a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Nogueiró e Tenões delibere o seu reconhecimento ao 25 de Abril, enquanto símbolo maior da liberdade e da democracia em Portugal, reafirmando a importância da sua celebração e da transmissão dos seus valores às gerações presentes e futuras.

Pela liberdade, pela democracia e pelo futuro que coletivamente continuamos a construir. 25 de abril SEMPRE

20 de abril de 2026

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE
NOGUEIRÓ E TENÕES
MUNICÍPIO DE BRAGA**

Anexo três



UNIÃO DE FREGUESIAS DE NOGUEIRÓ E TENÕES
ASSEMBLEIA DE FREGUESIA ORDINÁRIA - 20-04-2026

**VOTO DE SAUDAÇÃO
"50 Anos da Constituição da República Portuguesa"**

Exmos. Senhores,

A Constituição da República Portuguesa (CRP), aprovada a 2 de Abril de 1976, cujo 50.º aniversário agora comemoramos consagra as grandes conquistas alcançadas com a Revolução de Abril de 1974 que, após 48 anos de ditadura fascista, restituiu a liberdade ao povo português e abriu caminho à construção de um regime democrático assente na vontade popular, na participação cívica e na defesa dos direitos fundamentais.

A Constituição da República Portuguesa traduz os anseios e as conquistas de Abril, consagrando um vasto conjunto de direitos políticos, económicos, sociais e culturais. A igualdade de todos os cidadãos perante a lei, a não discriminação, as liberdades de expressão, reunião, manifestação, associação, a liberdade sindical e o direito à greve, bem como os direitos à saúde, à educação, ao trabalho com direitos, à segurança social, à cultura e ao desporto, constituem pilares essenciais da democracia portuguesa.

A CRP define igualmente a organização do Estado e as funções dos órgãos de soberania, das regiões autónomas e das autarquias locais, consagrando o Poder Local Democrático como parte integrante do regime democrático, dotado de autonomia administrativa e financeira, plural, colegial e participada. Define as autarquias locais, como pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas. E que no continente as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas.

Ao longo destes 50 anos, as autarquias locais foram decisivas na melhoria das condições de vida das populações, na promoção do desenvolvimento local e na resolução de problemas estruturais, muitas vezes ultrapassando as suas competências e meios disponíveis.

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE
NOGUEIRÓ E TENÕES
MUNICÍPIO DE BRAGA**

CDU

PCP-PEV



Apesar da sua relevância constitucional e social, o Poder Local Democrático tem sido alvo de sucessivos ataques à sua autonomia, nomeadamente através de alterações ao regime jurídico e financeiro das autarquias, do bloqueio à concretização da regionalização constitucionalmente consagrada e do processo de extinção e fusão de freguesias, imposto contra a vontade das populações.

Defender o Poder Local Democrático, é garantir desenvolvimento sustentado, qualidade de vida, coesão social e territorial. É cumprir as funções sociais do Estado, rejeitar o subfinanciamento, a descaracterização do Poder Local através da transferência de encargos sem meios adequados, bem como a ingerência tutelar que o reduz, em parte, a mero executor técnico de opções que muitas das vezes lhe são alheias.

Defender o Poder Local Democrático, constitui uma exigência democrática e constitucional.

Assim,

A Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, reunida a 20/04/2026, delibera:

- Saudar o 50.º aniversário da Constituição da República Portuguesa, bem como as profundas transformações económicas, sociais e culturais promovidas pelo Poder Local Democrático ao longo destas cinco décadas;
- Reafirmar a importância do Poder Local Democrático como conquista fundamental de Abril, pilar do regime democrático e instrumento essencial de participação popular e de desenvolvimento local;
- Reafirmar a sua importância do seu reforço e do respeito pela autonomia administrativa e financeira das autarquias locais, dotando-as dos meios necessários para responder eficazmente às necessidades das populações;
- Inscrever a concretização da regionalização como elemento essencial para o desenvolvimento e progresso locais e a defesa da autonomia local, cumprindo o que a Constituição da República Portuguesa consagra.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE
NOGUEIRÓ E TENÕES
MUNICÍPIO DE BRAGA

 CDU

PCP-PEV



Mais delibera remeter esta saudação ao:

Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro Ministro e
Grupos Parlamentares.

Pela CDU, Coligação Democrática Unitária



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE NOGUEIRÓ E TENÕES MUNICÍPIO DE BRAGA

Anexo quatro



Voto de Saudação ao 50.º Aniversário da Constituição da República Portuguesa

A Lista Independente Continuar a União (LICAU) vem, por este meio, propor à Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Nogueiró e Tenões a aprovação de um Voto de Saudação alusivo aos 50 anos da Constituição da República Portuguesa, aprovada a 2 de abril de 1976, enquanto marco estruturante do Estado de Direito democrático em Portugal.

A Constituição da República Portuguesa surge na sequência de um período de profunda transformação política e social, consagrando juridicamente os princípios fundamentais de uma sociedade livre, democrática e plural. Enquanto lei fundamental do país, estabelece a organização do Estado, define os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e orienta a ação das instituições públicas, constituindo o alicerce do sistema democrático português.

Ao longo das últimas décadas, a Constituição tem desempenhado um papel central na consolidação da democracia, assegurando a proteção dos direitos fundamentais, a separação de poderes, a participação cívica e o equilíbrio institucional. Tem igualmente refletido a evolução da sociedade portuguesa, mantendo-se como um instrumento vivo, capaz de responder aos desafios contemporâneos sem perder a sua identidade fundadora.

A sua importância ultrapassa o plano jurídico, afirmando-se como um verdadeiro compromisso coletivo com os valores da dignidade humana, da igualdade, da justiça social e da liberdade. É através dela que se garante a estabilidade democrática, a proteção dos cidadãos e a construção de uma sociedade mais justa.

Num tempo em que os sistemas democráticos enfrentam desafios significativos, importa reconhecer e valorizar o papel da Constituição como garante dos direitos fundamentais e como referência essencial para a convivência em sociedade. A sua celebração constitui, assim, um momento de reflexão, mas também de reafirmação do compromisso com os princípios que sustentam a vida democrática.

Nestes termos, a Lista Independente Continuar a União (LICAU) propõe à Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Nogueiró e Tenões a aprovação do presente Voto de Saudação, assinalando os 50 anos da Constituição da República Portuguesa e reconhecendo o seu papel determinante na afirmação e consolidação da democracia em Portugal.

Pela Constituição, fundamento da nossa liberdade, expressão da nossa vontade coletiva e alicerce do futuro democrático de Portugal.

20 de abril de 2026

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE
NOGUEIRÓ E TENÕES
MUNICÍPIO DE BRAGA**

Anexo cinco



PCP-PEV



**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA ORDINÁRIA - 20-04-2026
UNIÃO DE FREGUESIAS DE NOGUEIRÓ E TENÕES**

**DECLARAÇÃO DE VOTO
PONTO 2 — Conta de Gerência 2025**

Exmos. Senhores,

A Conta de Gerência é o documento central de prestação de contas do Executivo a esta Assembleia e, por via dela, aos fregueses de Nogueiró e Tenões.

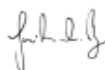
Há duas razões fundamentais que impedem que a mesma possa contar com a aprovação da CDU.

Em primeiro lugar, a rubrica de investimento consta como executada em apenas 59,37%, o que significa que de € 406.144,00 de investimentos previstos para 2025, ficaram por executar 165.031,00 euros. Apesar de solicitadas explicações, não foram devidamente discriminadas as obras e investimentos específicos que não avançaram e por que razão ficaram por executar. Uma subexecução de 40% no investimento não é nem um pormenor contabilístico, nem um sinal de boa gestão. É, na melhor das hipóteses, falta de compromisso com os anseios e necessidades de fregueses que aguardam há anos para ver infra-estruturas degradadas e negligenciadas a serem postas ao seu serviço.

Em segundo lugar, as transferências correntes para apoio a associações e instituições de carácter desportivo, recreativo e social constam como tendo sido executadas em apenas 21,43%: isto é, € 3.600,00 de um total de € 16.800,00 previstos. O Executivo não justificou esta circunstância, não explicou os motivos para diferenciação entre instituições nem prestou esclarecimentos adicionais.

A CDU sublinha que um saldo positivo de tesouraria obtido à custa de investimento por executar e de apoios a associações não entregues não é boa gestão: é dinheiro público que ficou por aplicar ao serviço dos fregueses. Estas razões justificam a **abstenção** deste ponto.

Pela CDU - Coligação Democrática Unitária,


Assinado digitalmente
por JOSÉ FILIPE
RIBEIRO FERRAZ
Data: 2025-04-27 11:
54.28

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE
NOGUEIRÓ E TENÕES
MUNICÍPIO DE BRAGA**

Anexo seis



Apreciação e Votação do Relatório de Execução Orçamental de 2025

Os documentos hoje apresentados demonstram, com factos e números, que a ação do Executivo da União de Freguesias de Nogueiró e Tenões assenta em três pilares fundamentais: rigor financeiro, capacidade de execução e sustentabilidade futura.

No plano financeiro, os resultados alcançados evidenciam uma gestão sólida e responsável. A receita global atingiu uma taxa de execução superior a 80%, um resultado particularmente relevante tendo em conta que uma parte significativa das receitas depende de transferências externas e de calendários administrativos que não controlamos. Mais expressivo ainda é o facto de as receitas diretamente associadas ao funcionamento regular da freguesia apresentarem uma taxa de execução superior a 98%.

Também do lado da despesa os resultados demonstram uma gestão pública rigorosa. A taxa de execução da despesa situou-se nos 60%, evidenciando uma utilização criteriosa dos recursos disponíveis, gastando apenas o necessário e evitando desperdícios. Esta gestão permitiu concretizar diversas intervenções de interesse para a população, nomeadamente a requalificação e manutenção dos espaços públicos, o apoio às coletividades e associações da freguesia, a melhoria de equipamentos e infraestruturas, o reforço da capacidade de resposta aos problemas quotidianos dos cidadãos, a modernização administrativa e a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Importa ainda destacar o resultado final das contas. O saldo transitado para 2026 aumentou cerca de 35 mil euros face ao ano anterior, demonstrando que foi possível responder às necessidades do presente sem comprometer o futuro. Pelo contrário, deixamos a freguesia financeiramente mais robusta e mais preparada para enfrentar os desafios dos próximos anos.

Acresce que foram executados aproximadamente 240 mil euros em despesas de capital, destinados à melhoria de equipamentos e infraestruturas, à requalificação de arruamentos e a outras intervenções de valorização do espaço público. Trata-se de investimento real, visível e com impacto direto na qualidade de vida da população.

Em suma, 2025 foi um ano marcado pelo rigor financeiro, pela boa gestão dos recursos públicos e pela concretização de investimentos relevantes para a freguesia. Os resultados alcançados constituem a melhor demonstração do trabalho desenvolvido pelo Executivo e reforçam a confiança na sua capacidade para continuar a servir a população com competência, responsabilidade e dedicação.

20 de abril de 2026

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE
NOGUEIRÓ E TENÕES
MUNICÍPIO DE BRAGA**

Anexo sete



PCP-PEV



**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA ORDINÁRIA - 20-04-2026
UNIÃO DE FREGUESIAS DE NOGUEIRÓ E TENÕES
DECLARAÇÃO DE VOTO
PONTO 3 — Relatório de Execução Orçamental 2025**

Exmos Senhores,

O Relatório de Execução Orçamental é o instrumento que deve dar sentido e explicação às contas. Não é suficiente apresentar números (e muito menos os que aqui nos foram apresentados), é necessário interpretá-los, justificá-los e articulá-los com o Plano de Actividades que foi aprovado por esta Assembleia para 2025.

O documento apresentado não cumpre nenhuma destas funções merecendo de uma forma geral a crítica à Conta de Gerência a que se reporta.

Desde logo, o documento não aparenta sequer ser da autoria da Junta de Freguesia, mas de um gabinete de contabilidade, sem ter apresentação, detalhe e dignidade institucional que os fregueses merecem de um documento público desta importância para a União de Freguesias.

Por outro lado, não há no relatório uma única linha que cruze a execução financeira com as actividades previstas no Plano aprovado. Não é possível saber, a partir deste documento, quais as actividades que foram realizadas, quais ficaram por realizar e com que resultados.

Por fim, os desvios que se identificaram, no investimento executado a 59% e nos apoios a associações a 21%, não encontram qualquer justificação no Relatório.

A CDU recomenda formalmente que, a partir de 2026, o Executivo apresente um relatório de execução elaborado internamente, que articule a dimensão financeira com a Conta de Gerência a que se reporta, ponto por ponto, identifique os desvios e os justifique.

Por estes motivos, absteve-se na votação deste ponto.

Pela CDU - Coligação Democrática Unitária,

Assinado digitalmente por
JOSÉ FILIPE
RIBEIRO
FERRAZ
Data: 2026-04-27
11:54:01

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE
NOGUEIRÓ E TENÕES
MUNICÍPIO DE BRAGA**

Anexo oito



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA ORDINÁRIA - 20-04-2026
UNIÃO DE FREGUESIAS DE NOGUEIRÓ E TENÕES

DECLARAÇÃO DE VOTO
PONTO 5 — Alteração do Mapa de Pessoal 2026

Exmos Senhores,

A CDU reconhece que a gestão de uma União de Freguesias com a dimensão e as responsabilidades de Nogueiró e Tenões requer recursos humanos adequados e estará sempre a favor do reforço de capacidades e meios, desde que acompanhados da devida fundamentação.

O documento que se nos apresenta justifica a criação do novo posto de Assistente Técnico com a necessidade de "assegurar o bom funcionamento dos serviços". Esta formulação não é uma justificação porque é evidente que qualquer trabalhador admitido ao serviço de uma autarquia tem como propósito assegurar o bom funcionamento dos serviços. Mal seria se assim não fosse!

O que esta Assembleia necessita de saber é o que mudou desde Dezembro de 2025, quando o Mapa de Pessoal foi aqui aprovado por unanimidade. Necessita de entender como se organizará o serviço se o Assistente Operacional actualmente em licença sem vencimento regressar ao seu posto de trabalho, depois de admitido mais um trabalhador na estrutura da Junta.

Acresce que o descritivo de funções do novo posto é idêntico ao do posto já existente e ocupado — contabilidade, recursos humanos, processamento de vencimentos, inventário, atendimento de cemitérios, Espaço Cidadão, Balcão SNS, elaboração de actas. Se as funções são as mesmas, fica por explicar o que justifica a duplicação.

Por esse motivo absteve-se na votação deste ponto.

Pela CDU - Coligação Democrática Unitária,

Assinado digitalmente por
JOSÉ FILIPE
RIBEIRO FERRAZ
Data: 2026-04-27
11:53:22

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE
NOGUEIRÓ E TENÕES
MUNICÍPIO DE BRAGA**

Anexo nove



PCP-PEV



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA ORDINÁRIA - 20-04-2026

UNIÃO DE FREGUESIAS DE NOGUEIRÓ E TENÕES

DECLARAÇÃO DE VOTO

PONTO 7 — Ajuste Directo — Catering do Convívio com a População

Exmos. Senhores,

A CDU apoiará sempre a realização de iniciativas que sirvam objectivos de coesão social e de participação comunitária que esta força política sempre defendeu e continuará a defender. Não é essa a razão que nos leva a esta declaração de voto por escrito.

A verdade é que a abertura de procedimentos de contratação para aquisição de bens e serviços correntes é uma competência própria da Junta de Freguesia, não desta Assembleia.

O art. 12.º, n.º 2 do Regimento desta Assembleia elenca taxativamente as matérias sujeitas a deliberação da mesma. A abertura de procedimentos de contratação para aquisições correntes não consta dessa lista. O orçamento para 2026 foi aprovado por esta Assembleia em Dezembro e a execução das rubricas nele previstas é competência exclusiva do Executivo.

Ao trazer esta proposta à Assembleia, o Executivo procura cobertura política colectiva para uma decisão que é unicamente sua e, ainda por cima, sem fornecer à Assembleia os dados mínimos que trariam alguma utilidade a esse formalismo: não há um valor estimado, não se sabe o número de entidades a consultar para decidir com quem contratar, nem nos é apresentado o historial da prestação do serviço em anos anteriores.

Ora, a CDU não aceita esta distribuição assimétrica de responsabilidades e, por entender que não lhe sequer cabe deliberar sobre a matéria em apreço, absteve-se na votação.

Pela CDU - Coligação Democrática Unitária

Assinado
digitalmente por
JOSE FILIPE
RIBEIRO FERRAZ
Data: 2026-04-27 11:
54:42